

## Fim da vinculação orçamentária

Antonio Tuccillo (\*)

*A desvinculação orçamentária seria uma mudança muito bem-vinda. Uma verdadeira e benéfica transformação na gestão dos recursos brasileiros*

Atualmente, mais de 90% do Orçamento estão comprometidos. Cada área tem seu percentual do bolo. A saúde, por exemplo, recebe uma parte e tem o orçamento indexado à receita. Já a educação recebe outra cota, porém, tem seu orçamento indexado à inflação. Neste caso, o reajuste dos recursos segue, portanto, a taxa inflacionária do ano anterior. Assim como educação e saúde, outras áreas recebem seus respectivos recursos, como o INSS, para arcar com as aposentadorias dos trabalhadores da iniciativa privada e para a aposentadoria do funcionalismo público. Esse modelo "engessado" de gestão orçamentária em que a receita já tem despesas pré-determinadas é ineficiente. Se funcionasse, o Brasil estaria em melhor situação. Basta avaliar a educação pública do país.

Segundo a OCDE, o Brasil destina 6% do PIB para a educação pública. Um índice superior ao de países desenvolvidos, como os Estados Unidos (5,4%), Argentina (5,3%), Colômbia (4,7%), Chile (4,8%) e México (5,3%). Porém, apesar de investir mais que a média dos países da OCDE (5,5%), o Brasil está nas últimas posições em avaliações internacionais de desempenho escolar.

Ainda, segundo a própria organização, em 2018, apenas 2,1% dos alunos carentes no país aprenderam ciências, matemática e leitura em níveis aceitáveis. Esse índice é inferior ao de países mais pobres que o Brasil, como Trinidad e Tobago, Colômbia e Costa Rica. Já o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) aponta que, entre 70 países, o Brasil está na 59.ª posição em leitura, na 63.ª posição em ciências e na 66.ª posição em matemática.

A OCDE também divulgou o estudo 'Um Olhar sobre a Educação', que contempla os 36 países filiados e outros 10 países parceiros da entidade, que correlacionou o baixo nível de aprendizado com a maior desigualdade de renda. Não foi surpresa para ninguém: o Brasil tem o segundo mais elevado nível de desigualdade

de renda entre os 46 países estudados. Esses dados conferem mais força ao argumento de que a falta de recursos não é necessariamente o problema.

O problema é a falta de boa gestão. Não adianta ter um mar de recursos quando o dinheiro é mal utilizado. Orçamento requer análise de prioridades. Apenas dessa forma é possível ter alocação de recursos públicos que faça sentido e traga resultados. Se a desvinculação se tornar realidade, o Congresso passará a administrar o Orçamento. A capacidade dos parlamentares para tal atribuição pode até ser questionada, mas cuidar do destino do dinheiro público é o que lhes cabe. Afinal, lá estão porque, doa a quem doer, foram escolhidos pelo voto popular.

Com a possível desvinculação dos recursos, o Legislativo, assim como os Estados e os Municípios, poderá abandonar a lógica orçamentária tradicional e 'engessada', utilizada atualmente, e fazer uso de uma abordagem para planejamento e orçamentação muito mais eficaz, que se assemelha ao modelo chamado orçamento base zero, no qual cada item do orçamento precisa ser explicitamente aprovado, e não apenas feitas alterações em relação ao ano anterior.

Sua metodologia tem alto impacto na redução de custos, pois a alocação de recursos é adequada às necessidades do momento. Se, por exemplo, são precisos mais recursos para educação basta retirar parte dos recursos de outras áreas para suprir essa necessidade. Se a saúde precisa de mais recursos, os governantes têm a liberdade de alocar de outras áreas, invés de faltar onde precisa e sobrar onde não é fundamental.

O fim da desvinculação e desindexação orçamentária é necessário porque considera o Brasil de hoje, não o Brasil do ano passado, o Brasil da velha maneira de fazer política. É necessária porque atende à demanda de um eleitorado que pede mais cuidado na administração do dinheiro público. É disso que o país precisa: gestão inteligente dos recursos.

É o mínimo de respeito que se exige com o contribuinte que trabalha quase seis meses do ano para pagar os seus impostos.

(\*) - É presidente da Confederação Nacional dos Servidores Públicos (www.cnspp.org.br).

## Proposta de nova Lei de Licitações é destaque da pauta na Câmara

O projeto que muda as regras para licitações no setor público é o destaque da pauta do Plenário da Câmara dos Deputados para a primeira semana de junho

Ele cria modalidades de contratação, exige seguro-garantia para grandes obras, tipifica crimes relacionados ao assunto e disciplina vários aspectos do tema para as três esferas de governo (União, estados e municípios).

De acordo com o substitutivo da comissão especial, o administrador poderá contar com modalidades diferentes de licitação das atuais. Das modalidades em vigor, o texto mantém o pregão, a concorrência, o concurso e o leilão. Por outro lado, é criado o diálogo competitivo para obras, serviços e compras de grande vulto. O diálogo competitivo se caracteriza por conversas com licitantes previamente selecionados por meio de critérios objetivos. Após essa etapa, as empresas devem apresentar sua proposta final.

Essa modalidade será aplicada a objetos que envolvam inovação tecnológica ou técnica; a situações nas quais o órgão



A proposta cria modalidades de contratação e disciplina vários aspectos do tema para as três esferas de governo.

ou entidade não possa ter sua necessidade satisfeita sem a adaptação de soluções disponíveis no mercado; ou ainda quando as especificações técnicas não possam ser definidas com precisão suficiente. O relator da matéria, deputado Augusto Coutinho (Solidariedade-PE), deve apresentar em Plenário

mudanças negociadas com os partidos.

Também consta na pauta a proposta do Senado, que muda o rito de tramitação das medidas provisórias. O tema volta a ser debatido devido ao número de medidas que foram votadas pela Câmara, com vigência próxima do fim, restando

pouco tempo para os senadores deliberarem sobre o assunto. Segundo o substitutivo do deputado Walter Alves (MDB-RN), as MPs não serão mais analisadas por uma comissão mista de deputados e senadores e, sim, separadamente por uma comissão em cada Casa (Ag. Câmara).

## Agronegócio 'impulsiona' economia em momentos de crise

Presidente da Comissão de Agricultura do Senado, Soraya Thronicke (PSL-MS) comentou as demandas apresentadas por produtores rurais para o Plano Safra deste ano, em audiência pública. Para ela, o agronegócio impulsiona a economia, em momentos de crise. A parlamentar disse que tem prevalecido uma relação de harmonia e de confiança, entre o governo e os produtores.

"O governo confia na agricultura e reconhece a força do setor e a sua importância vital para a economia brasileira. Há muito, o agronegócio tem sido a força motriz de primeira grandeza, impulsionando e até mesmo salvando, em momentos de crise mais aguda, a nossa economia", disse. Entre os pontos discutidos na audiência pública, o que diz respeito ao aumento dos recursos disponíveis para o crédito agrícola foi um dos destaques da senadora.

"Se considerarmos apenas os recursos para custeio, houve uma queda de mais de 30% nos últimos 4 anos, queda que chega a 50% desde 2008. O número de contratos de crédito também tem caído: entre 2013 e 2018, houve uma diminuição de quase 1 milhão de contratos", destacou (Ag.Senado).

## Governo quer ampliar faixas do Minha Casa Minha Vida

O governo vai apresentar mudanças no programa Minha Casa Minha Vida, segundo informou o ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto. Entre as alterações está a ampliação das atuais quatro faixas de financiamento e a troca de nome. "É um novo governo, um novo programa, ele está sendo reformulado. Então, não apenas mudar o nome por mudar. É uma nova visão", disse o ministro.

Pelo programa, famílias com renda mensal de até R\$ 1.800 estão contempladas pela faixa 1, que tem zero de juros, financiamento de até 120 meses, com prestações mensais que variam de R\$ 80,00 a R\$ 270,00. A faixa 1,5 contempla famílias com renda bruta mensal entre R\$ 1.800 até R\$ 2.600, com taxa de juros de 5% ao ano, prazo de até 30 anos para pagar e subsídios que podem chegar a R\$ 47,5 mil. A faixa 3 compreende famílias com renda até R\$ 4 mil, com taxas de juros que variam de 6% a



Ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto.

7% e subsídios de até R\$ 29 mil. Já a faixa 3 atende famílias com renda máxima de R\$ 7.000.

"A nossa proposta é um maior número de faixas, maior número de categorias para atender as diferentes demandas", justificou o ministro. Disse que o programa, após 10 anos de execução, apresenta uma série de problemas que precisam ser corrigidos pelo governo, como comercialização irregular de lotes, invasão dos lotes por

facções criminosas, conflitos sociais nos condomínios, problema de violência doméstica.

"São questões que o governo não pode aceitar. A gente não pode ver uma situação dessa e não fazer nada". Os detalhes do novo programa de habitação popular do governo federal serão apresentados pelo ministro durante audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara, hoje (4) (ABr).

## Atraso em obras de rodovias e eficácia de concessões

Marcos Oliveira/Ag.Senado



A audiência pública foi requerida pelo senador Esperidião Amin.

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, discute hoje (4), na Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado, a execução do contrato de concessão de trechos de rodovias federais entre Paraná e Santa Catarina e a eficácia do modelo adotado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para as concessões. A audiência foi pedida pelo senador Esperidião Amin (PP-SC).

Segundo Amin, o contrato de concessão dos trechos das rodovias BR-116, BR-376 e da BR-101, que liga Curitiba a Palhoça, assinado em 2008, tinha como uma das contrapartidas pela cobrança de pedágio melhorias físicas e operacionais ao longo do trecho concedido. O Contorno Viário da Grande Florianópolis, por exemplo, estava previsto para

ser executado até o final de 2012.

No entanto, nada foi finalizado até agora. Adiantamentos sucessivos e denúncias de irregularidades no contrato e nas obras constatadas pelo TCU levaram o senador a propor uma ação civil pública contra a empresa Autopista Litoral Sul e a ANTT. O último prazo acordado para o fim das obras do Contorno Viário foi 2021, mas o cronograma está em risco novamente, por atrasos nas obras, greve de funcionários e, por último, a rescisão do contrato.

Após a audiência, os parlamentares vão analisar requerimento do senador Marcos Rogério (DEM-RO) que propõe a realização de um ciclo de audiências públicas "com o propósito de estudar temas pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura" (Ag.Senado).

## Projeto garante recursos para pesquisa científica e tecnológica

Está na pauta da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado o projeto que destina 20% do rendimento anual do Fundo Social ao desenvolvimento de ciência e tecnologia. A reunião do colegiado está marcada para amanhã (5). Segundo o autor, senador Lasier Martins (Pode-RS), o projeto tem o objetivo de garantir que as instituições nacionais tenham mais recursos para melhorar os laboratórios e financiar pesquisas importantes para o avanço do país.

Para isso, o texto reserva 20% do Fundo Social para esse fim. Atualmente, 50% do montante dos recursos do Fundo Social são alocados para as áreas de educação e saúde. No entanto, não há previsão legal sobre o percentual a ser destinado para as áreas de ciência e tecnologia. O fundo foi criado em 2010 para receber parcela dos recursos provenientes da exploração do petróleo localizado na camada pré-sal que cabem ao governo federal.

Seus recursos devem ser usados para o desenvolvimento social e regional, na forma de



O senador Lasier Martins é autor do projeto.

programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento. De acordo com a proposta, metade dos 20% deverá ser destinada para projetos de pesquisa aprovados pelo CNPq. Já a outra metade deverá financiar projetos de implantação e recuperação da infraestrutura de pesquisa em instituições públicas de ensino superior e de pesquisa em geral.

O relator, senador Jean Paul Prates (PT-RN), apresentou

voto pela aprovação da proposta, classificada por ele como meritória. Na visão do relator, investimentos em ciência e tecnologia são fundamentais para o aumento da produtividade, que, por sua vez, é o motor do crescimento econômico. O projeto tramita em caráter terminativo. Se aprovado na CCT e não houver recurso para o Plenário, será enviado direto para a análise da Câmara (Ag. Senado).

## Regulamentação da profissão de salva-vidas

A Comissão de Desenvolvimento do Senado tem reunião deliberativa marcada para amanhã (5), com apenas um item na pauta: a regulamentação da profissão de salva-vidas. De autoria do deputado Nelson Pellegrino (PT-BA), o projeto recebeu parecer pela aprovação, com emendas, do relator, o senador Styvenson Valentim (Pode-RN).

Styvenson define a profissão de salva-vidas como "de suma importância para o desenvolvimento adequado e seguro de outras atividades recreativas ou profissionais". Ele acredita que a regulamentação contribuirá para o aprimoramento da atividade. Ele citou dado da Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático (Sobrasa) que aponta o afogamento como segunda maior causa de morte acidental no Brasil.

O profissional deve ter mais de 18 anos de idade, gozar de plena saúde física e mental e ter ensino médio completo. Styvenson rejeitou uma emenda de Plenário, que suprimia do PLC a determinação da presença de dois salva-vidas para cada 300 m² de superfície aquática durante os horários de uso de piscinas públicas e coletivas.

Mas acatou parte de emenda de aprimoramento desse teor, proposta pelo ex-senador Valdir Raupp, que prevê um guarda-vidas durante todo o período de funcionamento em piscinas com até 350m² de superfície. No caso de piscina em movimento de correnteza ou ondas, será necessário um profissional a cada 200m² de área de piscina (Ag.Senado).

Empresas & Negócios  
netjen@netjen.com.br

Para veiculação de seus Balanços, Atas, Editais e Leilões neste jornal, consulte sua agência de confiança, ou ligue para

TEL: 3043-4171 / 3106-4171

www.netjen.com.br